



ARTESANATO E POLÍTICAS PÚBLICAS

*aproximação a partir de uma revisão
de escopo da literatura nacional*

CRAFTS AND PUBLIC POLICIES: APPROACH FROM A SCOPE REVIEW
OF NATIONAL LITERATURE

Victor de Lima Caldas¹

Diogo Henrique Helal²

-
- 1 Graduando em Direito pela Universidade de Pernambuco (UPE). Bolsista Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe) de Iniciação Científica (Pibic) na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). *E-mail:* victor.caldas@upe.br.
 - 2 Pesquisador da Fundaj e do Ministério da Educação. *E-mail:* diogohh@yahoo.com.br.

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo investigar como o arcabouço da literatura acadêmica nacional vem pautando a interação entre o trabalho artesão e as políticas públicas. A metodologia envolveu uma revisão de escopo da literatura nacional, realizou-se uma busca e sistematização de dados obtidos em bases de indexadores selecionados – Spell e SciELO – com foco no termo “artesanato”. Foram tratados os dados referentes ao período de publicação, as autorias dos artigos encontrados e as referências, dentre outros. Por meio das publicações, verificou-se lacunas na atuação das políticas públicas, principalmente na mitigação dos danos da inserção da atividade artesã no mercado consumidor, no controle da precariedade do artesanato enquanto trabalho e na valorização do artesanato para o desenvolvimento local para além do viés econômico.

Palavras-chave: artesanato. políticas públicas. revisão de literatura.

ABSTRACT:

This article aims to investigate how the framework of national academic literature has guided the interaction between handicraft and public policies. The methodology involved a scoping review of the national literature, a search and systematization of data obtained from selected indexing databases (SPELL and SciELO) focusing on the term “handicraft”. Data relating to the period of publication, the authorship of the articles found and the references, among others, were processed. Through the publications, gaps were found in the performance of public policies, mainly in mitigating the damage caused by the insertion of artisan activity in the consumer market, in controlling the precariousness of handicraft as work and in valuing crafts for local development beyond the bias economic.

Keywords: handicraft. public policy. literature review.

INTRODUÇÃO

O artesanato é uma atividade econômica vinculada à cultura e aos saberes populares, persistindo em nosso tempo como fonte de renda e identidade para milhares de grupos e comunidades periféricas especialmente no Brasil. Entretanto, desafios do presente condicionam tanto sua produção quanto seu consumo, bem como sua continuidade, afinal, fenômenos como a dificuldade de manutenção econômica por meio da atividade e o desengajamento das novas gerações se manifestam nas condições artesãs encontradas no Nordeste brasileiro (Souza *et al.*, 2020; Sousa *et al.* 2020).

Entendido como um tipo de ofício transmitido de uma geração para outra, integrado ao modo de vida, aos saberes e aos fazeres dos agrupamentos sociais nos quais foi gestado, em nosso tempo, ainda é possível encontrar comunidades que se constituíram ou se desenvolveram em função de uma artesanaria que lhes conferiu identidade, senso de pertencimento e sustento (Alvarado; Cuentas; Fernández, 2016; Araújo, 2006; Bezerra, 2007; Canclini, 1983; Isunza-Bizuet, 2019; López-López;). Todavia, assim como outras atividades vinculadas à cultura popular, o artesanato segue convivendo com desafios próprios à sua natureza, à comercialização da produção e à

subsistência econômica por meio de uma atividade que não mais parece se distanciar, descolar-se, do contexto mundial que a envolve. Em contrapartida, o modo de produção artesanal e suas particularidades destoam dos modos de produção típicos do capitalismo contemporâneo, associados a ideias de padronização, produtividade, eficiência, escala, estratégia, e toda uma série de termos e requisitos que dificultam a aceitação e o alcance da produção artesanal quando avaliadas por padrões de qualidade e competitividade universalistas (Cezar; Fantinel, 2018; Figueiredo; Marquesan, 2014; Keller, 2014; Marquesan; Figueiredo, 2014).

Apesar disso, o artesanato ainda é apontado como uma fonte relevante de ocupação em diversos lugares. Na América Latina, ele se apresenta como um meio de subsistência integrado à sua relevância cultural, contribuindo para o desenvolvimento regional. No âmbito nacional, o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) caracterizou a atividade como um tipo de ofício manual e criativo, realizado por indivíduos que incorporaram a habilidade técnica necessária e a ele atribuem valor cultural e econômico. Criado em 1991, o Programa, que congrega as principais políticas públicas federais direcionadas ao público artesão, somente passou a ter orçamento próprio em 2006. Hoje, regulado pela Lei n° 13.180/2015 e pela Portaria 10007/2018, o PAB declara procurar fortalecer o artesanato como forma de geração de renda e viabilizar o acesso da sua produção a novos mercados, possuindo uma coordenação nacional e 27 coordenações estaduais, alocadas em diferentes pastas a depender da estrutura de gestão de cada estado, organizadas por meio de um Acordo de Cooperação Técnica com o Governo Federal.

Nota-se, portanto, a importância substancial do artesanato enquanto atividade social e econômica no Brasil. Desse modo, este artigo busca responder, por meio de uma revisão de escopo, como o artesanato e as políticas públicas estão relacionadas na literatura nacional.

Desse modo, o propósito deste estudo foi investigar como a literatura acadêmica nacional vem pautando a interação entre o trabalho artesão e as políticas públicas. Especificamente, este artigo também

objetivou: i) identificar e analisar, em dois indexadores de periódicos – SciELO e Spell –, os artigos que tratem sobre o nexo entre o artesanato e as políticas públicas; a partir dos resultados encontrados, analisar ii) o período de publicação; iii) o tipo de artigo, iv) o tipo de pesquisa; v) em quais periódicos tais artigos foram publicados; e vi) a qual área de conhecimento pertencem tais periódicos; vii) as autorias dos artigos encontrados; viii) a instituição do autor principal, ix) a Unidade Federativa e a x) região da instituição do autor principal, e, por fim, xi) as referências usadas em cada artigo encontrado, buscando identificar quais são as obras e autores mais importantes utilizados nos estudos sobre artesanato no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Artesanato

Apresentar a conceituação do artesanato não é tarefa simples, por ser este permeado de saberes e referenciais culturais profusos e orientados às variadas obras e atividades que perfazem a laboração artesanal (Lemos, 2011). Como pressuposto central da atividade artesã, tem-se a obra material oriunda do trabalho predominantemente manual, utilizando-se de forma acessória das máquinas e equipamentos (Lima, 2005). Ocorre que essa definição deixa escapar a forma interpretativa da observação artesanal, que enquanto fenômeno oriundo de uma complexa relação com o meio social, é um produto de condições históricas, econômicas, culturais e políticas de uma localidade, afastando-o de uma trivial mercadoria (Bell *et al.*, 2018).

Assim, investigar a obra artesã é explorar quem, onde, como e por que a produzem. Estudar o artesanato é, portanto, ir além da atenção à técnica, é apurar, também, as práticas sociais dos artesãos, observar onde são vendidos e quem o compra (Caclini, 1983). Desse modo, o sujeito artesão não se qualifica como tal pela simples aplicação da técnica artesanal em suas obras, mas, também, pelo sentido social que este ofício incorpora por meio da conjuntura em que o autor está inserido (Sapiezinskas, 2012).

Para uniformizar nacionalmente e nortear as políticas públicas do setor, o PAB elaborou uma base conceitual com a padronização das interpretações dos principais termos relacionados ao artesanato em nível nacional, considerando o seu valor sociocultural. Assim, tem-se o artesanato como

[...] toda produção resultante da transformação de matérias-primas em estado natural ou manufaturada, através do emprego de técnicas de produção artesanal, que expresse criatividade, identidade cultural, habilidade e qualidade (Brasil, 2018, p. 6).

O PAB tipifica as atividades artesanais investigando suas origens e os valores identitários carregados nas obras, quais sejam: o Artesanato Tradicional – de origem familiar e/ou comunitária marcado pela transferência de conhecimentos e técnicas –; a Arte popular – artesão autodidata alinhado ao imaginário próprio e/ou comunitário –; o Artesanato indígena – produzido por membros de etnias originárias alinhado aos valores socioculturais de sua comunidade –; o Artesanato quilombola – produzido pelos remanescentes de quilombos e amparado pela identidade coletiva –; o Artesanato de referência cultural – oriundo da releitura de aspectos culturais tradicionais nacionais ou estrangeiros assimilados –; e o Artesanato contemporâneo-conceitual – obras inovadoras permeada de criatividade e utilizando-se de técnicas tradicionais (Brasil, 2018; Lemos, 2011; Mello, 2016).

O artesanato é uma atividade histórica que já foi altamente valorizada e também negligenciada (Faria; Silva, 2017; Sennett, 2009), enfrentando atualmente desafios na globalização, principalmente afetando artesãos de áreas semirurais e periféricas (Keller, 2014; Scrase, 2003). A relação do artesanato com o mercado capitalista, turismo e indústria cultural trouxe mudanças significativas, inclusive distanciando-o de sua função identitária original (Canclini, 1983). Surgem figuras como o atravessador, que lucra revendendo obras

artesanais, e o designer, que introduz uma mentalidade empreendedora entre os artesãos (Marquesan; Figueiredo, 2014; Sousa *et al.*, 2020). Apesar de sua complexidade e transformações, o artesanato continua sendo um reflexo simbólico da identidade e da comunidade que o produz.

Observa-se, portanto, o intrincamento do artesanato, seja em sua conceituação, seja em sua relação com mundo moderno. A atividade artesã é um ofício que percorreu toda a história humana (Rodrigues, 2012; Sennett, 2009) e que, mesmo assim, carrega fragilidades acentuadas pelo acúmulo de capital. Investigar o artesanato é estudar os atributos simbólicos que representam manifestações identitárias alusivas ao território e à comunidade que o elaborou (Mello, 2016).

Políticas públicas

Ao investigar a conceituação de políticas públicas, nota-se a ausência de uma definição predominante, abarcando uma extensa gama temática de difícil síntese (Agum; Riscado; Menezes, 2015).

Para Peaters (1986), política pública é a completude das ações governamentais, diretas ou indiretas, que afetam a vida dos cidadãos. Já para Dye (1984), políticas públicas é qualquer coisa que o governo escolha ou não fazer, evidenciando o protagonismo do governo no processo de definição, bem como indicando a ação e, de forma inovadora, a omissão governamental como centrais ao debate (Maximiano; Nohara, 2017).

Assim, Souza (2006) aponta que política pública é o campo de conhecimento que tem como objetivo propor ações governamentais e, também, investigar estes atos, além de, quando necessário, propor alterações no curso destas ações. De igual modo, para Coelho (2009), as políticas públicas são um agrupamento de propostas oriundas de processos decisórios e que atraem o interesse coletivo, sendo uma incumbência, predominantemente, governamental.

No âmbito nacional, as políticas públicas e o artesanato se relacionam de diversas formas. Até a década de 1970, notou-se uma agenda predominantemente assistencialista, pautada no desenvolvimento

comunitário. A partir da década seguinte, essas práticas governamentais foram gradualmente alteradas para uma agenda alinhada a política neoliberal do empreendedorismo, relegando-se a dimensão artístico-cultural em detrimento aos princípios econômicos (Moraes; Seraine; Barbosa, 2020).

No cenário nacional atual, o Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) é o grande responsável pela elaboração das políticas públicas voltadas ao setor. No desenvolvimento e implementação, o PAB prevê a parceria com estados, por meio de Coordenações Estaduais de Artesanato (Moraes Sobrinho; Helal, 2018).

Idem, a figura da Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) surge como uma importante entidade paraestatal que atua como implementador das políticas públicas voltadas ao artesanato na atualidade. Desse modo, o Sebrae opera como um agente fornecedor de capacitações, suporte logístico e apoio aos artesãos, pensando o setor por meio da ótica empreendedora (Nery, 2014).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o preparo desta pesquisa, elaborou-se um protocolo para busca e sistematização da coleta de dados, apresentados na tabela que segue:

Tabela 1 – Protocolo para busca e sistematização de dados

BASE DE PERIÓDICOS SELECIONADOS	SPELL E SciELO
Data de pesquisa na base SciELO	21 de agosto de 2023
Data de pesquisa na base SPELL	29 de agosto de 2023
Termo pesquisado	Artesanato
Campo pesquisado nos mecanismos de busca	Resumo

Fonte: produzida pelos autores, 2024.

Como o propósito desta pesquisa foi o de investigar como o artesanato e as políticas públicas estão ou podem estar relacionadas na literatura nacional, optou-se por investigar em duas bases de periódicos: Spell e SciELO. Aquela, por ser a base que contempla os principais

periódicos brasileiros da área de Ciências Sociais, e a segunda, por abarcar diversas áreas de conhecimento.

Nesta revisão de escopo de literatura, buscou-se identificar e analisar, nestas duas bases de periódicos (SPELL e SciELO), os artigos publicados que relacionem o artesanato e a investigação de políticas públicas. Especificamente, a partir dos resultados encontrados, são analisados i) o período de publicação; ii) o tipo de artigo; iii) o tipo de pesquisa; iv) em quais periódicos tais artigos foram publicados; e v) a qual área de conhecimento pertencem tais periódicos. Foram analisadas, ainda, vi) as autorias dos artigos encontrados; vii) a instituição do autor principal; viii) a Unidade Federativa e a ix) região da instituição do autor principal, e, por fim, x) as referências usadas em cada artigo encontrado, buscando identificar quais são as obras e autores mais importantes utilizados nos estudos da relação entre artesanato e políticas públicas no Brasil.

Por questões de dimensão, apresentou-se necessário restringir a amplitude da pesquisa para a elaboração deste artigo por meio da seleção dos 10 trabalhos científicos mais citados no Google Acadêmico (em 25 out. 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 2 aponta que há um substancial arcabouço no Brasil de artigos que tratam do artesanato evidenciando a atuação ou necessidade da intervenção estatal neste campo, encontrando-se 28 artigos na base SciELO e 37 na base SPELL, sendo 10 artigos reincidentes em ambos os indexadores, totalizando 55 publicações.

Tabela 2 – Número de artigos encontrados

SciELO	28 artigos
SPELL	37 artigos
Artigos reincidentes	10 artigos
Total de artigos encontrados	55 artigos

Fonte: produzido pelos autores, 2024.

Desse modo, observando a quantidade de artigos relevantes à investigação, optou-se pela adoção de um filtro que objetivasse controlar a ampla cobertura da pesquisa. Portanto, elegeu-se a seleção dos 10 artigos mais citados na plataforma Google Acadêmico, evidenciados na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Artigos selecionados

	ARTIGO	BASE	CITAÇÕES GOOGLE ACADÊMICO (EM 25 OUT. 2023)
1	BENDASSOLLI, P. F.; WOOD JR., T. O paradoxo de Mozart: carreiras nas indústrias criativas. <i>Organizações & Sociedade</i> , Salvador, v. 17, n. 53, p. 259-277, abr. 2010.	SciELO	62
2	CARRIERI, A. DE P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D. A institucionalização da feira hippie de Belo Horizonte. <i>Organizações & Sociedade</i> , Salvador, v. 15, n. 44, p. 63-79, jan. 2008.	SciELO	38
3	MARQUESAN, F. F. S.; FIGUEIREDO, M. D. D. De artesão a empreendedor: a ressignificação do trabalho artesanal como estratégia para a reprodução de relações desiguais de poder. <i>RAM: Revista de Administração Mackenzie</i> , São Paulo, v. 15, n. 6, p. 76-97, nov. 2014.	SciELO e SPELL	36
4	CUNHA, T. B. DA.; VIEIRA, S. B. Entre o bordado e a renda: condições de trabalho e saúde das labirinteadoras de Juarez Távora/Paraíba. <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i> , Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 258-275, 2009.	SciELO	32
5	TORRES, I. C. A visibilidade do trabalho das mulheres ticunas da Amazônia. <i>Revista Estudos Feministas</i> , Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 469-475, maio 2007.	SciELO	31
6	SAPIEZINSKAS, A. Como se constrói um artesão: negociações de significado e uma “cara nova” para as “coisas da vovó”. <i>Horizontes Antropológicos</i> , Porto Alegre, v. 18, n. 38, p. 133-158, jul. 2012.	SciELO	28
7	TEIXEIRA, M. G. <i>et al.</i> Artesanato e desenvolvimento local: o caso da Comunidade Quilombola de Giral Grande, Bahia. <i>Interações (Campo Grande)</i> , Campo Grande, v. 12, n. 2, p. 149-159, jul. 2011.	SciELO	22
8	CASTILHO, M. A.; DORSA, A. C.; SANTOS, M. C. L. F.; OLIVEIRA, M. M. G. Artesanato e saberes locais no contexto do desenvolvimento local. <i>Interações (Campo Grande)</i> , Campo Grande, v. 18, n. 3, p. 191-202, 2017.	SciELO	21

	ARTIGO	BASE	CITAÇÕES GOOGLE ACADÊMICO (EM 25 OUT. 2023)
9	SCARDOELLI, M. G. DA C.; WAIDMAN, M. A. P. “Grupo” de artesanato: espaço favorável à promoção da saúde mental. <i>Escola Anna Nery</i> , Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 291-299, abr. 2011.	SciELO	21
10	ALBUQUERQUE, E. DE F.; MENEZES, M. O valor material e simbólico da renda renascença. <i>Revista Estudos Feministas</i> , Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 461-467, maio 2007.	SciELO	19

Fonte: produzido pelos autores, 2024.

Considerando essas 10 publicações, identificam-se 23 autores distintos, sem a aparição reincidente de pesquisadores em mais de um artigo. Apresenta-se relevante apontar a expressividade destes artigos no mundo acadêmico: dos 10 escritos selecionados, 1 ultrapassa a marca de 60 citações, 4 suplantam 30 citações, 4 residem na casa das 20, e o restante detém 19 citações.

Estes 10 artigos concatenam o debate entre políticas públicas e artesanato da seguinte maneira: Bendassolli e Wood Jr. (2010), por meio de entrevistas semiestruturadas com artesãos e outros artistas, investigam a complexa e contraditória relação entre o fazer artístico e o mercado de trabalho atual, inferindo-se a importância do papel estatal na mitigação dos danos gerados ao processo criativo quando adentrado no mundo econômico.

Carrieri, Saraiva e Pimentel (2008), analisando o processo de institucionalização da Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte, evidencia a influência da atuação e/ou omissão do poder público na organização, perpetuação ou dissolução destes espaços fundamentais ao escoamento da produção artesanal.

Marquesan e Figueiredo (2014), por sua vez, apontam as lentes para como o trabalho artesão passa por um processo de resignificação face ao mundo econômico globalizado. Nota-se que as ações estatais e paraestatais privilegiam o discurso empreendedor no artesanato, afastando a autonomia do artesão em

relação à sua obra, contrariando a compreensão emancipatória do labor artesanal.

Cunha e Vieira (2009), observando as labirinteadas da cidade de Juarez Távora/PB, evidencia a precarização do trabalho artesão, especialmente presente nos municípios do interior do nordeste. Apresenta-se, desse modo, como uma atividade marcada pela informalidade, pelos baixos rendimentos – acentuados pela aparição da figura do atravessador – e pelas longas jornadas de trabalho, afetando de forma aguda as mulheres artesãs. Nota-se, portanto, que a atuação estatal não pode relegar a situação de fragilidade que diversos artesãos se encontram.

Nesta toada, Torres (2007) examina o artesanato indígena produzido pelas mulheres ticunas na região da Amazônia. Por meio de um ensaio e fundamentado em dados coletados em consultoria ao Sebrae/ Amazonas, a autora pincela algumas questões de gênero supracitadas. Destarte, preconiza a implementação da economia solidária e defende a “capacitação” das artesãs, pois suas obras necessitavam de um refinamento que lhe propiciasse uma maior competitividade no mercado; uma evidente alusão à mentalidade empreendedora sustentada pelo Sebrae e alicerçada pela atuação estatal.

Sapiezinskas (2012) analisa a transformação em produto de mercado dos saberes, técnicas e obras artesanais, demonstrando, assim, o papel do consultor de *designer* nessa adequação entre o artesanato e o público consumidor. Comprovando-se, desse modo, que o debate acerca da mentalidade empreendedora, manifestada pelos entes paraestatais e alicerçada pela ação estatal, é espinhoso. Posto que, essa mesma adequação consumerista da obra artesanal que gera o afastamento do artesão do seu contexto sociocultural, é a mesma que fornece os subsídios econômicos necessários para o sustento da atividade artesã.

Teixeira e demais autores (2011) expõe o artesanato de retalhos de tecido produzido pela comunidade quilombola de Giral Grande, Bahia. Nesse trabalho, os autores apontam a qualidade coletiva

inerente ao artesanato, demonstrando que os artesãos desta localidade preservam os saberes tradicionais de tal modo que respaldam sua luta pela legalização de suas terras; a apreciação do artesanato comunitário é compreendida como uma expressão de legitimidade, demonstrando mais uma faceta do trabalho artesão que deve ser compreendida na elaboração de ações governamentais.

Castilho e demais autores (2017), de modo semelhante, fundamentam a relação do artesanato e o desenvolvimento local. Investigar o trabalho de um artesão é, necessariamente, apurar os conhecimentos acumulados por gerações de seu povo. Inferese do texto que o artesanato é obra da identidade de um povo, desse modo, as ações estatais voltadas a esse campo devem considerar os saberes tradicionais em suas decisões.

Já Scardoelli e Waidman (2011) demonstram a qualidade terapêutica do artesanato. A pesquisa foi realizada em um grupo de artesãs de uma Unidade Básica de Saúde do município de Maringá, no Paraná, no qual se verificou que o grupo de artesanato caracteriza a prática da criatividade, o exercício das relações interpessoais e a necessidade de aprendizado, afastando-as da terapia medicamentosa. Nesse estudo, aponta-se o caráter interdisciplinar das políticas voltadas ao artesanato, não restringindo-se somente ao campo cultural, mas abrangendo outras áreas de investigação.

Albuquerque e Menezes (2007), observando a fabricação da renda renascença no município de Camalaú, na Paraíba, tratam sobre a relevância do artesanato como gerador de renda e, também, analisam a complexa relação de gênero presente nesse meio. Nota-se que, pela ausência de amparo estatal nas áreas de agricultura familiar e concentração fundiária, o artesanato surge como alternativa viável para complementação financeira nos pequenos municípios do interior do país.

Após a síntese das publicações investigadas, detectam-se três grandes temas observados em que o artesanato se relaciona com o olhar específico das políticas públicas: a) a relevância dada à tensão

entre o trabalho criativo do artesão e sua adequação ao mercado consumidor globalizado, presente em 3 escritos (Bendassolli; Wood Jr., 2010; Marquesan; Figueiredo, 2014; Sapiezinskas, 2012); b) as condições do artesanato enquanto trabalho, verifica-se que este ambiente é marcado pela informalidade e pelas condições precárias dos artesãos, principalmente no gerenciamento da jornada de trabalho, 3 artigos abordam esta temática (Albuquerque; Menezes, 2007; Cunha; Vieira, 2009; Torres, 2007); c) por sua vez, 2 publicações (Castilho *et al.*, 2017; Teixeira *et al.*, 2011;) examinam o artesanato pela ótica do desenvolvimento local, avultando o atributo coletivo do trabalho artesão.

Tabela 4 – Ocorrências x Ano de publicação

Ano	Nº DE PUBLICAÇÕES
2017	1
2014	1
2012	1
2011	2
2010	1
2009	1
2008	1
2007	2

Fonte: produzida pelos autores, 2024.

Quanto ao período de publicação, não se verificou um padrão evidente. Pontua-se que, pelo método de recorte aplicado por meio da seleção dos 10 artigos mais citados no Google Acadêmico, há a inclinação do surgimento de publicações que estão disponíveis por mais tempo no mundo acadêmico.

Tabela 5 – Tipo de artigo

TIPO DE ARTIGO	Nº DE PUBLICAÇÕES
Ensaio	1
Teórico-empírico	9

Fonte: produzido pelos autores, 2024.

Dentre os 10 artigos aqui investigados, apenas 1 se enquadra como um ensaio (Torres, 2007). Por sua vez, todas as publicações de caráter teórico-empírico foram investigadas por meio da pesquisa qualitativa.

Tabela 6 – Número de artigos x Periódicos

NÚMERO DE ARTIGOS	TÍTULO DO PERIÓDICO	ÁREA DE CONHECIMENTO
2	Revista Organizações & Sociedade	Ciências Sociais
1	RAM. Revista de Administração Mackenzie	Ciências Sociais
1	Psicologia: Ciência e Profissão	Ciências Humanas
2	Revista Estudos Feministas	Ciências Humanas
1	Horizontes Antropológicos	Ciências Humanas
2	INTERAÇÕES	Ciências Sociais
1	Escola Anna Nery	Ciências Da Saúde

Fonte: produzido pelos autores, 2024.

Estes 10 artigos foram publicados em 7 diferentes periódicos, com destaque para *Revista Organizações & Sociedade*, *Revista Estudos Feministas* e *INTERAÇÕES* com duas publicações cada. Sobre as áreas de publicação, nota-se uma concentração dos estudos nas ciências humanas e sociais.

Importante mencionar que estes 10 artigos selecionados referenciaram o total de 370 autores, dos quais são 308 distintos. A tabela 7 demonstra a frequência com a qual os autores foram referenciados nestas publicações.

Tabela 7 – Frequência com que os autores são citados

Nº DE REFERÊNCIAS	FREQUÊNCIA DE CITAÇÕES
265	Autores referenciados apenas 1 vez
34	Autores referenciados 2 vezes
9	Autores referenciados mais de 3 vezes

Fonte: produzido pelos autores, 2024.

Na tabela 8, ressalta-se os 9 autores que foram referenciados mais de 3 vezes nos artigos investigados. Estes, em função da maior ocorrência nos resultados, são explorados com maior detalhamento.

Tabela 8 – Autores com 3 ou mais referências

Nº DE OCORRÊNCIAS	AUTOR	ÁREA DAS PUBLICAÇÕES REFERENCIADAS
6	Vieira, M. M. F. – Marcelo Milano Falcão Vieira	Estudos organizacionais
5	Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Desenvolvimento econômico
5	Munari, D.B. – Denize Bouttelet Munari	Saúde
4	Bourdieu, P. – Pierre Bourdieu	Sociologia
4	Carvalho, C. A. P. – Cristina Amélia Pereira Carvalho	Estudos organizacionais
4	Dejours, C. – Christophe Dejours	Sociologia
3	Daniellou, F. – François Daniellou	Sociologia
3	Lévi-Strauss, C. – Claude Lévi-Strauss	Antropologia
3	Menger, P.-M. – Pierre-Michel Menger	Sociologia

Fonte: produzido pelos autores, 2024.

A tabela acima reforça a concentração destas investigações nas áreas de ciências sociais e ciências humanas, especificamente na ótica da administração e da sociologia. Dentre os autores, Vieira, M. e Carvalho, C. detêm uma grande relevância enquanto pesquisadores da área de estudos organizacionais. Suas investigações foram referenciadas em Carrieri, Saraiva e Pimentel (2008) e Marquesan e Figueiredo (2014).

Já Munari, D., desenvolve pesquisas no âmbito da enfermagem, suas obras foram reportadas exclusivamente em Scardoelli e Waidman (2011). Bourdieu, por sua vez, está presente em Bendassolli e Wood Jr. (2010) e Sapiezinskas (2012).

Desse modo, Dejours, Daniellou, e Menger são sociólogos que investigam predominantemente o trabalho, sendo o primeiro na área de psicodinâmica do trabalho, o segundo especialista em ergonomia, e o terceiro enfoca em suas pesquisas no trabalho na indústria criativa. Tais obras foram referenciadas em Bendassolli e Wood Jr. (2010) e Cunha e Vieira (2009).

Lévi-Strauss, de igual modo, fora um dos pensadores mais afamados do século XX, sendo reconhecido como fundador da antropologia

estruturalista; os artigos selecionados que aludem as obras deste antropólogo foram Torres (2007) e Sapiezinskas (2012).

Observa-se, ainda, a frequente utilização de dados e estatísticas do Sebrae sobre o artesanato, como se vê em Cunha e Vieira (2009), Marquesan e Figueiredo (2014), e Sapiezinskas (2012).

Tabela 9 – Principais referências

Nº DE OCORRÊNCIAS	REFERÊNCIAS
2	ALBUQUERQUE, E. de F. <i>Desmanchando novelas e tecendo sonhos: a vida das rendeiras de Camalaú</i> . Orientadora: Dra. Marilda Aparecida de Menezes. 2002. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2002.
2	BARDIN, L. <i>Análise de conteúdo</i> . Lisboa: Ed. 70, 2008.
2	GONÇALVES, R. C. <i>Vidas no labirinto: mulheres e trabalho artesanal: um estudo sobre as artesãs da Chã dos Pereira Ingá/PB</i> . 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1996.
2	VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (org.). <i>Organizações, instituições e poder no Brasil</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Fonte: produzido pelos autores, 2024.

A Tabela 9 revela as obras que foram mais referenciadas nestes artigos. Relata-se a aparição da dissertação de Albuquerque (2002), também autora de um dos 10 artigos selecionados. Nesse trabalho, a pesquisadora desenvolve sua dissertação por meio da investigação socio-histórica das rendeiras do município de Camalaú, na Paraíba, focalizando a análise na renda renascença produzida por estas artesãs. Perpassando por aspectos fundamentais do artesanato semirural contemporâneo, como a precarização, o debate de gênero e o aparecimento da figura do atravessador, esta obra se apresenta possuidora de uma grande relevância acadêmica, ainda mais quando observada a continuidade da pertinência da discussão mesmo após mais de vinte anos de sua defesa.

Desse modo, nota-se a nítida influência desta monografia em Albuquerque e Menezes (2007), já que a dissertação foi a base para a elaboração desta publicação. Observa-se, idem, a reverberação

no trabalho de Cunha e Vieira (2009), ante a suscitação de temas como a precarização do trabalho artesão na atualidade e a relação de gênero no artesanato.

A obra de Bardin (2008), por sua vez, evidencia o destaque das pesquisas qualitativas neste recorte de artigos. Nesse trabalho seminal, a autora objetivou realizar um manual que revela a operacionalização do método investigativo da análise de conteúdo, sendo esta uma técnica de coleta e tratamento de dados obtidos na pesquisa. Verifica-se, assim, a presença de conceitos desse livro em Cunha e Vieira (2009) e Scardoelli e Waidman (2011), sendo essas pesquisas qualitativas fundadas em estudos de caso que se utilizaram de entrevistas abertas para obtenção de dados, valendo-se, desse modo, do método preconizado por Bardin para tratar estas informações.

Já a dissertação de Gonçalves (1996) norteia o debate de gênero, tão caro à investigação do trabalho artesão. Desse modo, observando as labirinteadas de Chã dos Pereiras, na Paraíba, a autora desenvolve a relação de gênero ao apontar a autodesvalorização que as artesãs atribuem a si. Isso evidencia-se por meio da percepção de seus maridos como chefe-dólar que elas possuem, apesar de serem as provedoras do sustento familiar. De igual modo, a pesquisadora suscita o impacto que a criação de cooperativas e associações pode proporcionar aos artesãos rurais e semirurais, como a facilidade na obtenção de matérias-primas.

Assim, percebe-se a influência desta dissertação nos artigos de Cunha e Vieira (2009) e Albuquerque e Menezes (2007) por abordarem estudos de caso semelhantes ao investigado por Gonçalves, especialmente por ambos tratarem de uma comunidade rural e por ser, predominantemente, formada por artesãs, carregando aspectos análogos. Por fim, a inclusão de Vieira e Carvalho (2003) aponta a inserção da ótica organizacional nos artigos suscitados. Esta obra, por meio da apresentação de ensaios e estudos de caso de diversos pesquisadores, debate o processo de concepção e amadurecimento do campo organizacional evidenciando a relevância das relações de poder, como,

também, aborda a teoria institucional, levanta a investigação e investiga casos de organizações nacionais.

Portanto, nota-se a presença dos conceitos deste livro em Carrieri, Saraiva e Pimentel (2008) e Marquesan e Figueiredo (2014), o primeiro por tratar diretamente sobre o processo de institucionalização da feira da Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte, e o segundo por abordar questões sobre as relações de poder, mais especificamente sobre o transcurso de inserção da mentalidade empreendedora no artesanato.

Tabela 10 – Autor principal x instituição

AUTOR PRINCIPAL	INSTITUIÇÃO DO AUTOR PRINCIPAL	UF	REGIÃO
Bendassolli, P. F.	UFRN	RN	Nordeste
Carrieri, A. P.	UFMG	MG	Sudeste
Marquesan, F. F. S.	UNIFOR	CE	Nordeste
Cunha, T. B.	UFPB	PB	Nordeste
Torres, I. C.	UFAM	AM	Norte
Sapiezinskas, A.	UnB	DF	Centro-oeste
Teixeira, M. G.	UFBA	BA	Nordeste
Castilho, M. A.	UCDB	MS	Centro-oeste
Scardoelli, M. G. C.	UniCesumar	PR	Sul
Albuquerque, E. F.	Unifacisa	PB	Nordeste

Fonte: produzido pelos autores, 2024.

A Tabela 10 demonstra em quais locais estes artigos selecionados foram pensados e elaborados. Aponta-se que esses estudos foram majoritariamente oriundos de universidades públicas – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade de Brasília (UnB) e UFBA. Evidencia-se, ainda, que as instituições localizadas na região Nordeste são as que mais se fazem presente, com 5 destes de 10 artigos. Aponta-se que nessa região é onde se encontra a grande maioria dos estudos de caso investigados nessas publicações, revelando-se as grandes particularidades que esta localidade detém com o trabalho artesão.

Destarte, após a apuração destes dados coletados, apresenta-se oportuno adentrar na verificação de como os 10 artigos selecionados pautam a interação entre o artesanato e as políticas públicas. Primeiramente, nota-se que há uma tripartição das temáticas investigadas por estes trabalhos acadêmicos, quando observado na ótica da atuação das políticas.

Bendassolli e Wood Jr. (2010), Marquesan e Figueiredo (2014) e Sapiezinskas (2012) suscitam o debate da adequação do trabalho artesão à economia moderna. Ressalta-se que o artesanato é possuidor de diversas particularidades que se demonstram antagônicas ao mercado globalizado, como a complexa representação identitária e o decurso temporal indefinível necessário para a produção de uma obra criativa.

Assim, esses escritos comprovam a importância de políticas públicas voltadas especificamente à atenuação dos efeitos da presença do artesanato no contexto mercadológico atual. Ocorre que a atuação estatal não se faz presente na ótica sociocultural do trabalho artesão, pelo contrário, políticas promovidas pelo PAB e implementadas por órgãos do terceiro setor são, predominantemente, norteadas pelo enfoque econômico, degradando a profundidade do artesanato por meio da adequação do produto às necessidades do mercado.

Evidentemente, uma nova camada adentra na discussão, haja vista que essa adequação ao mercado promove renda para diversas famílias artesãs que, possivelmente, seriam forçadas a abandonar o ofício se não o tivesse moldado ao público consumidor, entretanto os aspectos culturais e identitários não devem ser inteiramente relegados.

Já Albuquerque e Menezes (2007), Cunha e Vieira (2009) e Torres (2007), levantam a importante temática do artesanato enquanto trabalho. Nessas obras, aborda-se a precariedade que o ofício artesão possui, especialmente no ambiente rural e semirural. Dentre as fragilidades, nota-se a predominância da informalidade, reverberando em condições adversas como a completa ausência do gerenciamento da jornada de trabalho que, pelo

acúmulo com a atividade doméstica, apresenta-se agravada para as mulheres artesãs.

Portanto, indica-se a presença da lacuna de ações estatais que visem melhorar e regulamentar as condições do trabalho artesão nas localidades interioranas. Mais uma vez, o viés econômico das políticas elaboradas para o setor, mesmo que indiretamente, ampara esta fragilização das condições de trabalho, haja vista que a promoção da ideologia da liberdade da atividade autônoma acarreta o incentivo a produção vertiginosa.

De outro modo, Castilho e demais autores (2017) e Teixeira e demais autores (2011) investigam a integração do artesanato com o conceito de desenvolvimento local. Como já pontuado, a atividade artesã carrega em si uma forte relação identitária, pautada na transmissão e perpetuação de saberes e técnicas tradicionais. Assim, o artesanato é, comumente, um traço cultural compartilhado por uma comunidade inteira, configurando-se como uma atividade coletiva.

Na ótica do desenvolvimento local, o artesanato desponta como um forte elemento transformador de uma comunidade, como pelo fortalecimento do trabalho comunitário, pela movimentação turística e pela valorização da consciência identitária. Desse modo, na perspectiva econômica, a atuação estatal é robusta no auxílio ao aumento da qualidade de um município, como o fornecimento de redes de apoio, cursos de capacitação e suporte para o escoamento da produção.

Ocorre que, novamente, os aspectos que fogem da temática econômica são preteridos, a melhora na qualidade de vida almejada pelo desenvolvimento econômico não resulta apenas dos fatores financeiros, mas de aspectos ambientais e socioculturais *idem*. Assim, nesses enfoques, a ausência das políticas é manifesta.

CONCLUSÕES

Ante a relevância da investigação de como o artesanato e as políticas públicas estão ou podem estar relacionadas, este artigo, por meio de uma revisão sistemática de literatura, buscou investigar como

a produção acadêmica nacional tem pautado esta concatenação, visando evidenciar tendências e lacunas na produção científica brasileira sobre o assunto.

Assim, por meio de buscas em dois indexadores de periódicos – SciELO e SPELL), selecionou-se os 10 artigos mais citados no Google Acadêmico dentre as 55 publicações que perfaziam a condição de abordar, mesmo que indiretamente, o nexo entre o artesanato e as políticas públicas. Notou-se que os artigos recortados foram publicados entre 2007 e 2017 e que o tipo de artigo predominante foi o teórico-empírico lastreado por meio da pesquisa qualitativa.

A revisão sistemática de literatura indicou a publicação em sete periódicos distintos, destacando-se a *Revista Organizações & Sociedade*, *Revista Estudos Feministas* e *INTERAÇÕES* com duas publicações cada. Sobre as áreas de publicação, observou-se uma centralização dos estudos sob a ótica das ciências humanas e sociais.

Considerando os trabalhos científicos selecionados, identificou-se 23 autores distintos, sem a aparição recorrente de pesquisadores. Evidenciou-se, também, em quais instituições estes artigos foram pensados e elaborados, notando-se a predominância das universidades públicas, com 6 artigos, e das instituições localizadas na região Nordeste, com cinco publicações.

Já pela verificação dos autores referenciados, constatou-se a relevância das áreas de estudos organizacionais – Vieira, M. com seis referências e Carvalho, C. com quatro – e das ciências humanas e sociais – Bourdieu e Dejours, com quatro referências, Daniellou, Lévi-Strauss, e Menger com três – na construção do arcabouço teórico dos artigos recortados. De igual modo, as obras referenciadas apontaram uma lista de relevantes trabalhos para investigação conjunta do artesanato e das políticas públicas.

Nota-se, desse modo, o substancial arcabouço de publicações que atrelam o artesanato e as políticas públicas, de tal modo que um recorte fora necessário para realização do presente trabalho. Constata-se, também, a pertinência acadêmica dos artigos

selecionados, demonstrando-se oportuna a investigação aprofundada dessas obras.

Em conclusão, observa-se que três temáticas concatenam o artesanato e a atuação das políticas públicas nos artigos investigadas: a tensão do artesanato no mercado consumidor, as condições do artesanato enquanto trabalho e a atuação da atividade artesã na ótica do desenvolvimento local. Nestes pontos, evidencia-se a complexa relação que a atuação estatal detém com o artesanato, em que relega a agenda sociocultural enquanto prioriza o viés econômico, afastando-se do almejado equilíbrio.

REFERÊNCIAS

- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. *Revista Agenda Política*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 12-42, jul./dez. 2015
- ALBUQUERQUE, E. *Desmanchando novelas e tecendo sonhos: a vida das rendeiras de Camalaú*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2002.
- ALBUQUERQUE, E.; MENEZES, M. O valor material e simbólico da renda renascença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 461-467, maio/ago. 2007.
- ALVARADO, Y.; CUENTAS, M.; FERNÁNDEZ, D. Prácticas de mercado artesanal de la etnia wayú en Riohacha (La Guajira, Colombia): estudio etnográfico. *Pensamiento & Gestión*, Colombia, n. 41, p. 262-288, 2016.
- ARAÚJO, D. M. M. *João e Maria de Barro – Quem São? As Loiceiras do Tope*, em Viçosa do Ceará. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- ARTHUR, M.; ROUSSEAU, D. *The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era*. Estados Unidos: Oxford University Press, 2001.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 2008.
- BELL, E. *et al. The Organization of Craft Work*. Nova York: Routledge, 2018.

- BENDASSOLLI, P. F.; WOOD JR., T. O paradoxo de Mozart: carreiras nas indústrias criativas. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 17, n. 53, p. 259–277, abr./jun. 2010.
- BEZERRA, N. X. *Cerâmica de Santo Antônio do Potengi: entre tradição e modernidade*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- BRASIL. Portaria no 1.007, de 11 de junho de 2018. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 ago. 2018.
- CANCLINI, N. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARRIERI, A.; SARAIVA, L.; PIMENTEL, T. A institucionalização da feira hippie de Belo Horizonte. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 44, p. 63–79, jan./mar. 2008.
- CASTILHO, M.; DORSA, A.; SANTOS, M.; OLIVEIRA, M. Artesanato e saberes locais no contexto do desenvolvimento local. *Interações, Campo Grande*, v. 18, n. 3, p. 191–202, jul./set. 2017.
- CEZAR, L.; FANTINEL, L. Entre um Bom Papo e um Café se Vende o Artesanato: Representações Sociais em um Centro de Comercialização da Economia Solidária. *Brazilian Business Review*, Vitória, v. 15, n. 5, p. 475–493, 2018.
- COELHO, R. C. *Estado, governo e mercado*. Brasília, DF: Capes-UAB, 2009.
- CUNHA, T.; VIEIRA, S. Entre o bordado e a renda: condições de trabalho e saúde das labirinteadoras de Juarez Távora/Paraíba. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 258–275, 2009.
- DYE, T. *Understanding Public Policy*. Boston: Pearson, 2017.
- FARIA, A.; SILVA, A. Artesanato nos estudos organizacionais: a literatura brasileira de 2006 a 2015. *Pensamento Contemporâneo em Administração*, Niterói, v. 11, n. 2, p. 120–135, abr./jun. 2017.
- FIGUEIREDO, M.; MARQUESAN, F. Artesanato, Arte, Design... Por que isso importa aos estudos organizacionais? *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 127–143, set./dez. 2014.

GONÇALVES, R. *Vidas no labirinto: mulheres e trabalho artesanal: um estudo sobre as artesãs da Chã dos Pereira Ingá/PB*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1996.

KELLER, P. O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. *Política & Trabalho*, João Pessoa, v. 1, n. 41, p. 323-347, out. 2014.

LEMONS, M. *O artesanato como alternativa de trabalho e renda: subsídios para avaliação do programa estadual de desenvolvimento do artesanato no município de Aquiraz-CE*. 2011. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LIMA, R. Artesanato de tradição: cinco pontos em discussão. In: ARTESANATO SOLIDÁRIO/ARTESOL (org.). *Olhares itinerantes: reflexões sobre artesanato e consumo da tradição* São Paulo: ArteSol, 2005. p. 13-42.

LÓPEZ-LÓPEZ, S.; ISUNZA-BIZUET, A. Tejido y vida cotidiana: “El cuerpo manda”. Discurso sobre trabajo y corporeidad entre las artesanas expertas de San Juan Chamula. *LiminaR*, México, v. 17, n. 2, p. 131-147, jul./dez. 2019.

MARQUESAN, F.; FIGUEIREDO, M. De artesão a empreendedor: a ressignificação do trabalho artesanal como estratégia para a reprodução de relações desiguais de poder. *Revista de administração Mackenzie*, São Paulo, v. 15, n. 6, p. 76-97, nov./dez. 2014.

MAXIMIANO, A.; NOHARA, I. *Gestão Pública: abordagem integrada da Administração e do direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2017.

MELLO, C. I. *Território feito à mão: artesanato e identidade territorial no Rio Grande do Sul*. 2016. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

MORAES, M.; SERAINE, A.; BARBOSA, C. Artesanato e políticas públicas no Brasil: uma trajetória entre economia e cultura. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, v. 10, n. 25, p. 160-182, ago. 2020.

NERY, M. A decepção de Tinker Bell e a luta das classificações: o artesanato, o Governo Federal e o Sebrae. *Ciências sociais unisinos*, São Leopoldo, v. 50, n. 3, p. 293-302, set./dez. 2014.

- PETERS, B. *American public policy: promises and performance*. Londres: Macmillan education ltd, 1986.
- RODRIGUES, W. Arte ou artesanato? Artes sem preconceitos em um mundo globalizado. *Cultura Visual*, Salvador, n. 18, p. 85–95, 2012.
- SAPIEZINSKAS, A. Como se constrói um artesão: negociações de significado e uma “cara nova” para as “coisas da vovó”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 38, p. 133–158, jul./dez. 2012.
- SCARDOELLI, M.; WAIDMAN, M. “Grupo” de artesanato: espaço favorável à promoção da saúde mental. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 291–1299, abr./jun. 2011.
- SCRASE, T. Precarious production: globalisation and artisan labour in the Third World. *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 449–461, 2003.
- SENNETT, R. *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- MORAES SOBRINHO, J.; HELAL, D. H. *Implementação de políticas públicas voltadas ao artesanato: análise do programa Paraíba em suas Mãos*. Curitiba: Appris, 2018. (Psi).
- SOUSA, J. R. F. *et al.* Novos modos de fazer artesanato e desafios à manutenção econômica no Alto do Moura do Século XXI. *READ: Revista de Administração da EA/UFRGS*, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 557–585, set./dez. 2020.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20–45, jul./dez. 2006.
- SOUZA, D. C. *et al.* O desengajamento do trabalho artesão e os rumos da nova geração na comunidade do Alto do Moura–PE. *Cadernos Ebape. BR*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 623–634, jul./set. 2020.
- TEIXEIRA, M. G. *et al.* Artesanato e desenvolvimento local: o caso da Comunidade Quilombola de Giral Grande, Bahia. *Interações, Campo Grande*, v. 12, n. 2, p. 149–159, jul./dez. 2011.
- TORRES, I. C. A visibilidade do trabalho das mulheres ticunas da Amazônia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 469–475, maio/ago. 2007.
- VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (org.). *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.